

13 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministro do STF cobra do Senado o afastamento de Aécio Neves

Medida foi determinada pelo STF há 20 dias, mas tucano ainda está na lista de parlamentares

**'Enquanto não alterada a decisão judicial, ela tem que ser cumprida (...) Tempos estranhos', afirmou Marco Aurélio**

TALITA FERNANDES  
RANIER BRAGON  
REYNALDO TUROLLO JR  
DE BRASÍLIA

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), cobrou nesta segunda-feira (12) o cumprimento da decisão judicial que determinou o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato de senador.

"Enquanto não alterada a decisão judicial, ela tem que ser cumprida. Mas, como parece que nessa quadra é comum deixar-se de cumprir decisão judicial, tempos estranhos, tempos estranhos", disse o relator do caso.

Como a **Folha** revelou, apesar de o STF ter determinado o afastamento do tucano em 18 de maio, seu nome ainda consta no painel de votação do Senado e na lista de parlamentares em exercício.

Embora tenha divulgado nota nesta segunda dizendo que não descumpriu a decisão da Justiça, o Senado disse que "aguarda, com serenidade, informações complementares de como deve proceder para o cumprimento da

referida decisão", diz a nota.

Em resposta ao posicionamento do Senado, a assessoria de imprensa do STF afirmou que não há necessidade de nenhum esclarecimento adicional para o cumprimento da decisão. "Segundo informações do gabinete do ministro Marco Aurélio, o presidente do Senado assinou a intimação do STF para proceder ao afastamento do senador Aécio Neves dia 18/05/2017", diz nota divulgada pelo Tribunal.

Marco Aurélio disse à **Folha** que é preciso "serenidade" neste momento. "Tem que ver o que está acontecendo no Senado", disse. Ele pretende ainda levar o caso no próximo dia 20 para análise dos outros quatro integrantes da Primeira Turma do STF.

O relator tem em suas mãos dois pedidos divergentes: enquanto a PGR (Procuradoria-Geral da República) fez novo pedido de prisão de Aécio, o tucano pede para reassumir o cargo de senador. "Aí temos os extremos, a era dos extremos", diz o ministro.

Aécio foi denunciado pela PGR pelos crimes de corrupção e obstrução de Justiça depois de ter sido gravado pelo empresário Joesley Batista, do grupo JBS, pedindo propina e falando em medidas para frear a Lava Jato.

A Procuradoria chegou a pedir no mês passado a prisão do tucano, medida que foi rejeitada pelo ministro Edson Fachin, então relator do caso. De acordo com o ministro, que determinou o afastamento, Aécio demonstra "muita preocupação e empenho na adoção de medidas que de alguma forma possam interromper ou embaraçar as apurações das práticas de diversos crimes, o que além de ser fato típico, revela risco à instrução criminal." O caso foi redistribuído no STF a pedido da defesa de Aécio.

Em nota, o advogado Alberto Zacharias Toron afirma que "o senador Aécio Neves tem cumprido integralmente as medidas cautelares determinadas liminarmente pelo ministro Fachin, tendo se afastado do Senado e de quaisquer atividades parlamentares".

"A Defesa recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal demonstrando não haver previsão constitucional e tampouco regimental sobre afastamento de mandato, razão pela qual requereu a suspensão dessa cautelar."

**CONTINUA**

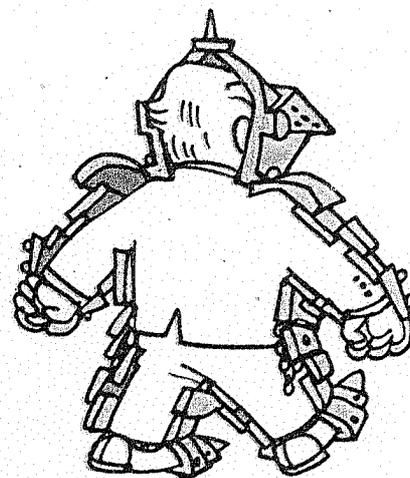
# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“O senador aguarda manifestação do STF e, até lá, mantém-se afastado do Congresso e de todas as suas atividades parlamentares em respeito ao Supremo.”

Em dezembro de 2016, Marco Aurélio afastou Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência da Casa. O Senado não deu prosseguimento à decisão do Tribunal, Renan não assinou a intimação e não deixou o cargo.

13 JUN 2017



13 JUN 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Cármen Lúcia cita PGR e diz que não tolerará ato irregular

Ministra afirma que polêmica sobre suposta ação

contra Fachin está esgotada

**Em vídeo, Temer diz que não permitirá nenhuma 'interferência indevida' entre os poderes da República**

A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), que no sábado (10) foi dura ao comentar um suposto pedido do presidente Michel Temer para que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) investigasse o ministro Edson Fachin, emitiu nova nota nesta segunda (12) afirmando que "não adotará qualquer providência" sobre o assunto, que está, "por ora, esgotado".

A nova declaração da ministra diz que Temer negou ter acionado a Abin contra Fachin e que "não há o que questionar quanto à palavra do presidente". Fachin é responsável pelo inquérito no STF que investiga o peemedebista por suspeitas de corrupção passiva, obstrução da Justiça e organização criminosa.

Cármen Lúcia ainda acrescentou no novo texto que não vai tolerar irregularidade vinda "de qualquer órgão estatal", inclusive a Procuradoria-Geral da República (PGR) - instituição que não era citada na nota de sábado.

"A ministra presidente já esclareceu na nota [de sábado] que qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal, de qualquer dos Poderes da República, de seus agentes ou da Procuradoria-Geral da República

contra qualquer cidadão brasileiro não será tolerada, por contrariar a Constituição", diz o novo texto.

A informação de que Temer pediu à Abin para espiar o relator da Lava Jato no Supremo foi publicada pela revista "Veja" na sexta (9). Ainda na noite de sexta, Temer e Cármen Lúcia conversaram por telefone sobre o caso. A assessoria do Planalto informou que, no telefonema, Temer negou ter acionado a agência de inteligência.

Mesmo assim, a manifestação da ministra no sábado foi considerada dura. "O STF repudia, com veemência, espreita espúria, inconstitucional e imoral contra qualquer cidadão e, mais ainda, contra um de seus integrantes, mais ainda se voltada para constranger a Justiça", declarou, então, Cármen Lúcia.

Nesta segunda, a **Folha** publicou entrevista com o ministro do STF Gilmar Mendes, que disse ter "chamado a atenção" da presidente da corte: "Ela precisa assumir a defesa do tribunal em todos os ataques".

"O ministro [Dias] Toffoli já sofreu ataque, ligado a vazamento da Lava Jato. Já houve ataques ao [Luiz] Fux, ao [Ricardo] Lewandowski. A revista 'Veja' noticiou que a PGR queria me envolver no caso [do senador] Aécio [Neves]. E houve silêncio [de Cármen Lúcia].

É preciso que ela assuma a defesa institucional do tribunal e de todo o Judiciário. E não só de um ou de outro. Essa é a missão dela, como presidente", disse Mendes, na entrevista.

Durante evento em São Paulo nesta segunda, o ministro do STF Luiz Fux também tratou da questão. Ao falar do assunto, em ato falho, chamou a presidente do STF de presidente da República.

"O que eu entendo que representa uma atitude institucional correta, independente, foi a nota da presidente da República, porque o governo utilizar o seu aparato para suposta perseguição a juizes é fato notório de ilícito", disse.

O ministro afirmou ainda que não vê problemas em investigações de juizes, mas que é necessário que haja uma razão. "Se a razão for desagrado do governo com relação a decisões judiciais, essa razão ela se anula pela bas-tardia da origem", disse Fux.

Para tentar reduzir o mal-estar com o STF, Temer divulgou um vídeo nesta segunda para defender a independência entre o Executivo e o Judiciário e dizer que não permitirá nenhuma "interferência indevida".

Ao refutar a informação de que teria pedido para a Abin investigar Fachin, Temer afirmou que "nenhuma intromissão foi ou será consentida" por ele e que o estado democrático de direito não admite que as instituições públicas "cometam ilegalidades".

**CONTINUA**

13 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**“** Qualquer irregularidade vinda de qualquer órgão estatal [...], de seus agentes ou da Procuradoria-Geral da República contra qualquer cidadão brasileiro não será tolerada

NOTA DE CÁRMEN LÚCIA

**“** Não interfiro nem permito a interferência indevida de um poder sobre o outro. Em hipótese alguma, nenhuma intromissão foi ou será consentida

MICHEL TEMER

13 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministros do STF são individualistas, dizem professores

Em debate em SP, especialistas discutem o papel da corte na crise e afirmam que juízes deveriam ser mais cobrados

FLÁVIO FERREIRA  
DE SÃO PAULO

Os professores de direito constitucional da Faculdade da USP Conrado Hubner Mendes e Virgílio Afonso da Silva afirmam que há excesso de individualismo no STF (Supremo Tribunal Federal) e tal situação prejudica a qualidade das decisões e a atuação institucional da corte.

Para os docentes, a sociedade precisa exigir uma maior prestação de contas pelos ministros do STF, e a comunidade jurídica deve ter um papel relevante nessa tarefa.

Os temas foram discutidos em debate promovido pela **Folha** e pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) sobre o papel do STF na crise política, nesta segunda (12), no auditório do centro de pesquisa em São Paulo. O evento teve mediação do editor da "Ilustríssima", Uirá Machado.

Mendes deu início à discussão discorrendo sobre o fato de a lei permitir que ministros do STF decidam individualmente sobre temas importantes, como a concessão de medidas liminares. Para ele muitas vezes esses casos deveriam ser levados à apreciação do colegiado da corte.

Segundo Mendes, no STI há "enorme confusão de juízes que não têm nenhum tipo de preocupação com a construção de uma decisão mais concertada no colegiado".

Em sua fala, Silva disse concordar com o colega de academia sobre a falta de co-

esao no STF. "Essa fragmentação diminui a sua capacidade de ter um papel mais relevante na crise pela qual estamos passando", comentou o professor da USP.

Mendes afirmou que essa situação torna o STF "vulnerável a capturas individuais" pelos ministros da corte. O docente citou como exemplo o fato de o ministro do STF Luiz Fux não liberar para decisão final processo sobre o auxílio-moradia para juízes, no qual fez um pedido de vista.

Os professores defendem que a sociedade cobre atitude dos ministros mais condizente com o papel institucional do STF, mas entendem que muitas vezes a responsabilidade individual de cada um deles é difícil de identificar.

"O nosso hábito de nos referirmos ao STF como instituição, ao dizer "o STF decidiu", "a jurisprudência do STF", "o STF foi complacente com o impeachment" e assim por diante, na maior parte do tempo é uma espécie de licença poética, e isso na melhor das hipóteses. Mas, seja como for, é certamente um equívoco conceitual", disse Mendes.

Silva afirmou que a manifestação dos profissionais do direito é fundamental para se exigir uma maior prestação de contas pelos ministros do STF.

De acordo com o docente da USP, "há um tipo de pressão que existe em vários países mas não existe no Brasil, que é a pressão da comunidade jurídica. No Brasil, a comunidade jurídica não constrange quase nada".

Para Silva, "isso ocorre porque há certa confusão". "O acadêmico na faculdade de direito é ao mesmo tempo juiz, é advogado, e não vai botar o dedo na cara de ninguém, nem que seja da instituição, e dizer: 'Vocês estão fazendo tudo errado.'"

"Começamos a ter recentemente uma academia mais profissionalizada, com pessoas que estão só na academia e não têm problema de dizer 'não é assim que se faz', pessoas que não têm casos nos tribunais e não têm nada a perder", completou.

13 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## O Judiciário acima da lei

JOEL PINHEIRO DA FONSECA

A absolvição da chapa pelo TSE na sexta passada, por quatro votos a três, é uma dura derrota para o Brasil

AS EVIDÊNCIAS do processo não deixam dúvidas de que sofremos um golpe: o golpe contra a democracia que foi a eleição criminosa da chapa Dilma-Temer em 2014. A absolvição da chapa pelo TSE na sexta passada, por quatro votos a três, excluindo evidências de forma arbitrária, é uma dura derrota para o Brasil.

Há consequências boas no resultado. Ele aumenta a chance de que as reformas vingam e de que a tímida recuperação econômica siga em frente. Também nos poupa da guerra acerca da eleição direta ou indireta que já ensaiávamos. Ganhamos alguma estabilidade política e perspectivas econômicas um pouco melhores.

São pontos positivos. Mas eles não compensam o que se perdeu. Perdemos a expectativa de que nossa Justiça esteja acima do cálculo político; ou seja, de que as regras possam conter o arbítrio do poder.

Considerações sobre a estabilidade política vieram antes da aplicação consistente da lei.

Imparcialidade e objetividade plenas são impossíveis. Há sempre um ser humano, com limitações e interesses, tomando decisões. Mas se esses valores figurarem entre os interesses dos juizes, teremos um sistema que está além das brigas da política. A expectativa de que a Justiça julgará segundo regras objetivas e bem estabelecidas modera as condutas. No julgamento de sexta, mesmo a aparência de objetividade técnica foi jogada no lixo: o julgamento foi mais um balanço das perspectivas do

governo Temer do que uma consideração imparcial dos crimes de 2014.

O Judiciário deu mais um passo na captura do poder. Sua missão original é aplicar as leis, mas já se outorgou faz tempo o papel de alterá-las, usurpando o Congresso. Vê e desvê na Constituição tudo o que sua interpretação do espírito dos tempos mandar (o fato de ela ser cheia de boas e vagas intenções não ajuda). Também adota critérios rigorosos para travar qualquer ato do Executivo. Nem mudança de velocidade em via pública vai adiante sem passar pela mesa de um juiz. E agora, por fim, decidiu que pode aplicar ou não a lei segundo a expediência política do momento.

A real estabilidade—institucional e, por decorrência, política— de um país é mantida pela garantia de que as leis serão cumpridas. Perto disso, evitar a turbulência de uma troca de governo é muito pouco. Qual estabilidade política podemos esperar de um país no qual crimes não são punidos em nome da estabilidade política?

No dia a dia das disputas na mídia, nos almoços de família, nas redes sociais, no bar ou nas ruas, somos ferrenhamente partidários. Podemos sê-lo porque existe a expectativa de um limite que ninguém pode cruzar: a lei. É o que nos protege da guerra literal.

4x3 é placar apertado. Não foi 7x1. Herman Benjamin, Luiz Fux e Rosa Weber honraram as exigências da toga. Instituições não existem por si mesmas; são o resultado diário de escolhas individuais, ainda que contra a maré. A escolha de sexta

nos causou um retrocesso mas não selou nosso destino. A torcida é que esse jogo ainda possa ser virado.

Há motivos para temer. A pergunta é inevitável: o quanto dessa e outras decisões de nossos ministros será explicado por fatos que as investigações ainda vão revelar? E, supondo que isso ocorra, quem defenderá a lei contra o poder dos juizes?

13 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Temer, Janot, Itararé

**Governistas planejam rejeitar rapidamente, na Câmara, denúncia contra o presidente; estratégia dependerá da solidez da peça acusatória**

O mercado brasileiro de informações de bastidor movimentou-se de modo frenético nos últimos dias, desde que ganhou força a expectativa, afinal confirmada, de absolvição do presidente Michel Temer (PMDB) pela Justiça Eleitoral.

O consórcio investigativo e judicial reunido em torno da Lava Jato faz saber que, superado o julgamento da chapa presidencial vitoriosa em 2014, Temer se verá em breve às voltas com novas e graves acusações formais.

Mais precisamente, diz-se que até a próxima segunda-feira (19) o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pode acusar Temer de corrupção passiva e, talvez, de outros crimes cometidos durante o exercício do mandato.

A rapidez seria explicável pelos prazos previstos no Código de Processo Penal. Entretanto a Polícia Federal pediu e obteve mais tempo para concluir o inquérito aberto a partir das delações da JBS, o que torna a data menos certa.

De seu lado, o núcleo governista também propaga seus trunfos, por meio de declarações públicas e arraoados anônimos.

Aponta-se que, pela Constituição, um processo contra o presidente da República precisa ser, além de acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, aprovado por dois

terços da Câmara dos Deputados. É improvável que tamanha maioria se forme em tempo exíguo contra Temer, a despeito de seu inegável enfraquecimento.

No papel, as legendas da coalizão de apoio ao Planalto —incluído na conta o hesitante PSDB— dispõem de mais que o dobro dos votos necessários para barrar a ofensiva do procurador-geral.

Haverá defecções, decerto, mas tendem a ser limitadas pelo instinto de preservação a unir os caciques partidários sob a mira da Lava Jato.

Calcula-se, assim, que uma rápida rejeição pela Câmara —de forma a reduzir a probabilidade de surgimento de fatos novos— faria do processo uma espécie de Batalha de Itararé, a ser encerrada, sem derramar sangue político, em questão de dias ou semanas.

Todo esse roteiro dependerá, é óbvio, da solidez da peça acusatória a ser elaborada por Rodrigo Janot. Não se discute que pairam suspeitas seriíssimas sobre Temer: este seria, na versão de um delator, o beneficiário de propina de R\$ 500 mil entregue pela JBS ao ex-assessor Rodrigo Rocha Loures.

Desconhece-se, no entanto, a totalidade das evidências e depoimentos coletados pelos investigadores; o próprio Loures, ao que se sabe, mantém-se em silêncio.

Uma denúncia bem fundamentada dificultará sobremaneira o engavetamento planejado pelos governistas; sem ela, o procurador correrá o risco de ampliar o desgaste que sofreu ao fechar o generoso acordo de delação com a JBS.

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## Casamento de conveniência

BRASÍLIA - O PSDB tirou o Dia dos Namorados para discutir a relação com o governo. O partido reclamou do parceiro, pediu que ele se comporte melhor, mas desistiu de sair de casa. O romance continua, pelo menos até a próxima desavença.

Não se trata exatamente de amor. O que mantém os tucanos unidos a Michel Temer é um cálculo de conveniências. O casamento atende aos interesses pessoais de Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Por isso, os dois sufocaram o movimento que pregava uma ruptura com o Planalto.

O governador paulista não esconde a sua obsessão: quer ser candidato à Presidência no ano que vem. Segundo aliados, ele está convencido de que tem mais chances de chegar lá se Temer ainda estiver no cargo.

No caso de uma eleição indireta, o DEM de Rodrigo Maia poderia dar uma rasteira nos tucanos e assumir o poder. Com isso, o PSDB ficaria ameaçado de perder a liderança do bloco de centro-direita e a preferência do empresariado na disputa de 2018.

A preocupação de Aécio é mais imediata. Denunciado por corrupção passiva e obstrução da Justiça, o senador agora luta para não ser preso. Ele fará o que estiver ao alcance para preservar o mandato e o foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal.

Os casos de Eduardo Cunha e Rodrigo Rocha Loures ensinaram que o dia da cassação é a véspera da prisão. E o Planalto promete proteger Aécio no Conselho de Ética em troca da permanência do PSDB no governo.

Enquanto der, os tucanos usarão as reformas como desculpa para justificar a união com Temer. Resta saber se a explicação será capaz de convencer o eleitor da sigla, que já se sentiu traído ao descobrir a distância entre o discurso e as práticas de Aécio.

13 JUN 2017

Em entrevista à **Folha**, Gilmar Mendes atribuiu a uma "lenda urbana" a impressão de que ele é um juiz partidário. O Brasil estava mais bem servido com as lendas do Curupira, do Boitatá e do Saci-Pererê.

13 JUN 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Especialistas divergem sobre direito a esquecimento

Tema, que será julgado pelo Supremo, foi discutido em audiência pública no tribunal

DE BRASÍLIA

Especialistas expuseram nesta segunda (12), em audiência pública no STF (Supremo Tribunal Federal), os riscos à liberdade de informação se o Judiciário reconhecer o chamado direito ao esquecimento. Por outro lado, advogados defenderam que os ministros devem prever a aplicação desse direito na esfera civil.

Na audiência se discutiu se uma pessoa tem o direito de não permitir que um fato ocorrido em determinado momento de sua vida seja exposto ao público indefinidamente.

O debate teve como ponto de partida o caso de Aída Curi, assassinada em 1958. A família pede ao STF uma indenização pela exploração da imagem dela no programa "Linha Direta", da TV Globo.

O ministro relator do caso, Dias Toffoli, explicou que a família da vítima argumenta que sofreu "massacre" de órgãos de imprensa na época e diz que os familiares ficaram estigmatizados. Eles reclamam que, depois de mais de 50 anos, foi veiculado um programa que explorou a imagem de Aída Curi, com cenas impactantes de violência.

No processo, segundo Toffoli, a Globo esclareceu que o conteúdo abordado no programa se limita a fatos públicos e históricos, além de material de livros sobre o caso.

Em nome da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), a advogada Taís Gasparian, que também atua para a **Folha**, expôs que o sistema jurídico atual "não prevê um direito genérico de ser esquecido".

O temor da associação, segundo ela, é que o Supremo acabe restringindo o direito à liberdade de informação. Ela mencionou a ideia de que a remoção de arquivos, que seria um dos tipos de direito ao esquecimento, seria equivalente à queima de livros. "Apenas à história caberia a distinção do que deve ou não deve ser lembrado. Não somos nós que vamos decidir".

Advogado dos familiares, Roberto Algranti Filho defendeu que o direito ao esquecimento não vai cercear a liberdade de expressão. "Vai servir como uma referência". Ele afirmou ainda que esse direito não abarca fatos históricos.

Dias Toffoli afirmou que não é possível prever a data em que o caso será julgado.

13 JUN 2017

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## RITMO LENTO

A equipe de Michel Temer já afasta a possibilidade de a Câmara dos Deputados enterar de forma célere a denúncia que deve ser feita contra o presidente pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

### TUDO VAZIO

A pedra no caminho são as festas juninas. Nesta época do ano, parlamentares do Nordeste passam boa parte do tempo em seus Estados para a tradicional celebração. O governo, portanto, dificilmente conseguiria organizar um quorum seguro para barrar a investigação — ela só pode prosseguir com autorização dos parlamentares.

### AMPULHETA

Caso Janot apresente a denúncia no feriado, como se teme, o desgaste seria ainda mais prolongado.

### CERTEZA

O governo estava seguro de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) absolveria Michel Temer da acusação de abuso de poder na eleição de 2014, mas teve uma surpresa: o voto do ministro Luiz Fux. Na semana anterior ao julgamento, ele era tido como voto seguro pró-presidente. Outros magistrados, de tribunais superiores, também computavam Fux como pró-governo.

### DÚVIDA

Dias antes do início das sessões do TSE, o voto de Fux passou a ser computado como dúvida. Já na terça, no entanto, o governo se fixou definitivamente no placar de 4 a 3.

### BONS AMIGOS

Depois da intensa troca de farpas públicas no julgamento do TSE, Gilmar Mendes, presidente da corte eleitoral, e Herman Benjamin, relator do processo de cassação, seguiram dialogando amistosamente. “As diferenças de opinião só servem para nos obrigar, como amigos, a concentrar nas identidades, que são muitas”, diz Benjamin, que define Mendes como “amigo-irmão”.

### LINHA DIRETA

Nesta segunda-feira (12), os dois voltaram a conversar, por telefone.

## PAINEL

**Más línguas** Foi fortemente criticada no Supremo e no CNJ decisão de Cármen Lúcia de nomear diretora-geral do Conselho Nacional de Justiça a servidora Julhiana Melloh, que é casada com o juiz auxiliar do gabinete da presidente do STF.

**Más línguas 2** Houve forte reação, especialmente porque Molloh assumiu o posto de um antigo funcionário do CNJ. A nomeação foi publicada nesta segunda (12).

**Más línguas 3** Há divergência no CNJ se é possível falar em nepotismo — Juliana aparece como concursada do Supremo, mas, procurada assessoria do conselho não retornou para falar sobre o caso.

## PAINEL

### Água na fervura

Ao menos quatro integrantes do Supremo foram procurados, no fim de semana, pelo ministro da Justiça, Torquato Jardim, numa operação para mitigar suspeitas de que a Abin estaria espionando o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato. Jardim foi acionado depois que a presidente do STF, Cármen Lúcia, divulgou pesada nota condenando a suposta ação mesmo após Michel Temer negar qualquer ato neste sentido diretamente a ela. O clima entre os poderes é de desconfiança.

# FOLHA DE S. PAULO

## Paulinho da Força tem direitos políticos cassados

13 JUN 2017

O deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), mais conhecido como Paulinho da Força, teve os direitos políticos cassados por, no mínimo, cinco anos, em decisão colegiada do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região divulgada nesta segunda (12), em São Paulo.

Ele foi condenado por improbidade administrativa por utilizar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para contratar a Fundação João Donini, sem licitação, para cursos profissionalizantes a desempregados e pessoas de baixa renda. Foram gastos ao menos R\$ 215 mil.

Com a decisão, Paulinho não perde imediatamente o cargo, mas pode ser impedido de concorrer a novas eleições em 2018. A exceção é ele obter algum recurso suspendendo a decisão, seja no STJ (Superior Tribunal de Justiça) ou no STF (Supremo Tribunal Federal).

Além da suspensão dos direitos políticos, Paulinho e outros réus, incluindo o responsável pela fundação, João Francisco Donini, foram condenados ao pagamento de multa e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por cinco anos.

A assessoria da Força Sindical informou, em nota, que o deputado vai recorrer da decisão. Segundo o advogado de Paulinho, Tiago Cedraz, na época do convênio com a fundação, não se exigia licitação para subcontratação de convênios. A reportagem não conseguiu contato com João Francisco Donini.

13 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Condenado a restituir o erário, Beto pede autorização para ir a Londres

**A 3ª Vara da Fazenda Pública condenou o governador a devolver os recursos gastos por estadia em Paris, em 2015, em visita fora da agenda oficial; governo vai recorrer da decisão**

Mariana Franco Ramos  
*Reportagem Local*

Curitiba – Logo após ser condenado, em primeira instância, a devolver as verbas relativas a uma “parada técnica” feita em Paris em dezembro de 2015, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), pediu autorização à Assembleia Legislativa (AL) para fazer nova viagem ao exterior. Desta vez, o destino é Londres, no Reino Unido, onde acontece o “Global Expansion Summit”, de 18 a 20 de junho. A solicitação, contudo, engloba um período maior, que vai de 15 a 21 do mesmo mês. O evento deve reunir mais de 1.000 pessoas, de 62 países, entre empresários, investidores e políticos.

A leitura do ofício, por parte do presidente em exercício da AL, Guto Silva (PSD), gerou polêmica durante a sessão plenária dessa segunda-feira (12). O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), disse que encaminhará um requerimento exigindo explicações

do Executivo. “A impressão que dá é que o governador não se ajuda. Não há o menor sentido. Mas é o governo que nós temos: um governador que sempre faz viagens que não trazem resultados, que possamos ao menos saber. Se trazem, ninguém sabe e ninguém viu, como essa a Paris. Não sabemos quem vai, por que vai e quanto vão gastar”, criticou.

Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu informou que Beto embarcará antes em razão do feriado de Corpus Christi, na quinta-feira (15). Na data seguinte, as repartições públicas do Estado estarão em recesso. Ainda segundo o governo, o tucano arcará com os custos de hospedagem dos três primeiros dias. Além dele, faz parte da comitiva o secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. A viagem se torna oficial no dia 18 de junho, quando começa o evento. A partir de então que os valores utilizados virão do caixa do Estado.

“PARADA TÉCNICA”

Também hoje, veio a público a notícia de que Beto, a primeira-dama, Fernanda Richa, e o governo do Estado precisarão restituir os recursos “irregularmente” empenhados em uma estadia em um hotel de luxo na capital francesa. O despacho, do juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública, é de quinta-feira (8). Ainda cabe recurso.

A sentença responde a uma ação civil pública proposta, entre outros, por Rodrigo Tomazini e Bernardo Pilotto, candidatos ao Palácio Iguazu pelo PSTU e pelo Psol, respectivamente, em 2014; Giselle Ricobom, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Ramon Prestes Bentivenha, advogado; e Xênia Mello, advogada e candidata à Prefeitura de Curitiba pelo Psol em 2016.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 13 JUN 2017

CONTINUAÇÃO

O tucano, a esposa, então secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, assessores e empresários embarcaram em 9 de dezembro de 2015 para uma viagem oficial de 13 dias na China, na Rússia e na França. O objetivo seria trazer investimentos estrangeiros ao Paraná. A comitiva chegou à capital francesa no sábado (9) pela manhã, onde ficou até segunda-feira (11), sem agenda oficial.

O casal se hospedou no hotel Napoléon, que tem a classificação cinco estrelas e está situado próximo a um dos principais pontos turísticos da cidade, o Arco do Triunfo, e cujas diárias custavam entre 250 euros (pelo menos R\$ 1 mil) e 1476 euros (algo como R\$ 6 mil). A informação da estadia foi revelada pelo jornal "Folha de S.Paulo." À época, a assessoria do Executivo alegou que a "parada técnica" foi necessária porque não havia lugar nos voos disponíveis entre Paris e Xangai.

O magistrado, contudo, argumentou que "a lesividade ao erário é latente e inconteste, posto que houve desvio de finalidade no caso". "A ideia de moralidade administrativa buscada pelo Constituinte envolve a noção de 'boa administração' e 'administração honesta'. Não se trata de apurar o que cada agente público considera como ético ou probo, em suas concepções subjetivas e pessoais, mas sim de estabelecer uma noção objetiva de probidade, a ser buscada de forma homogênea no âmbito da administração pública e outros poderes estatais", escreveu.

O juiz solicita a devolução com juros de mora de 12% ao ano, a partir da citação. Os envolvidos ainda terão que pagar as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios ao procurador dos autores da ação.

Naquela ocasião, o governo informou que apenas a viagem de Beto, Fernanda e dois assessores foram pagas com dinheiro público e que o restante da comitiva pagaria pelas próprias despesas. Ainda assim, em dezembro mesmo o chefe do Executivo devolveu US\$ 930, cerca de R\$ 3,5 mil, referentes à viagem.

## OUTRO LADO

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) disse que considera a decisão equivocada, "pois tais valores já foram restituídos voluntariamente ao final da missão internacional que teve por escopo a busca de investimentos e empregos para o Paraná. Os valores ressarcidos aos cofres públicos, inclusive, foram superiores aos utilizados na parada técnica na França. Assim sendo, o Estado apresentará recurso contra a decisão de forma a ser restabelecida a justiça ao caso concreto".

13 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### **Paranaense no CNJ**

A procuradora de Justiça paranaense Maria Tereza Uille Gomes toma posse nesta terça-feira (13) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no cargo de conselheira no biênio 2017/2019. Indicada pela Câmara dos Deputados, Maria Tereza assume uma das vagas dedicadas a cidadãos de notável saber jurídico e que foi ocupada até outubro do ano passado pelo conselheiro Emmanoel Campelo. Com a posse de Maria Tereza Uille, o Plenário do CNJ volta a contar com 15 conselheiros, seu quórum completo. Formada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, Maria Tereza ingressou no Ministério Público em 1987. De 1999 a 2002 presidiu a Associação Paranaense do Ministério Público e em março de 2002 tornou-se a primeira mulher a assumir a Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná. Entre 2011 e 2014, foi secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, durante o primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB).

13 JUN 2017

## FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

### **O exoesqueleto do delito**

Não existe crime sem corpo de delito, disse o criminalista postado em defesa do governo, tentando fulminar a já mais do que contestada gravação da JBS submetida a uma perícia que, certamente, terá a duração comum dos atos judiciais em nosso país, mais longa que telenovela. Há, é claro, a gravação – alvo agora e no futuro de discussões em torno de sua autenticidade ou possibilidade de edição e até de montagem - e um dos seus subprodutos, a mala com meio milhão que o afoito e tenso Rocha Loures pegou e depois devolveu à Polícia Federal. Se devolvesse por iniciativa própria haveria outro questionamento de epistemes jurídicas para orgasmos intelectuais infinitos: seria um caso de arrependimento eficaz, aquele que se não elide o delito o torna razoavelmente mais charmoso?

Também jamais foi encontrado o corpo de Elisa Samúdio, a amante assassinada do goleiro Bruno, o que não impediu a sua condenação no Tribunal do Júri, já que não deu o jeito de emplacar o histórico anterior de Dana de Teffé, o cadáver enrustido. O fato é que a mala, ainda que meio de operação policial induzida, foi apanhada e em cima de uma oferta por vinte a vinte e cinco anos de remessas equivalentes a dois milhões de reais por mês, afinal uma lição em matéria de corrupção para a rotina dos nossos administradores públicos avessos e incapazes de praticar o planejamento de longo prazo. A propósito o gênio Keynes, tanta vezes invocado como expressão da intervenção consciente e modeladora no mercado, oposta aos delírios liberais da desregulação, ironizava o mandamento com a genial observação de que a longo prazo todos estaremos mais ou menos mortos, provavelmente também alguns dos imaginários beneficiários da rocambolesca operação, se é que verossímil, tal o espanto que normalmente provoca.

A mala, ainda que astutamente montada pela polícia judiciária, legitimada pela presteza com que o assessor presidencial nela se atracou, e tanto que devidamente flagrado a devolveu, tem tudo de um exoesqueleto de corpo de delito.

# FOLHA DE LONDRINA

## CLAUDIO HUMBERTO

**Gilmar: 'se é para ter medo,  
melhor o STF fechar'**

**13 JUN 2017**

O ministro Gilmar Mendes voltou a encarar a Procuradoria Geral da República (PGR), chefiada por Rodrigo Janot até setembro, afirmando nesta segunda-feira (12) que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar o controle das ações e deixar de ser mero "chancelador" da PGR. O ministro, que também preside o TSE, disse ainda que "se é para ter medo da procuradoria, é melhor o Supremo fechar as portas".

### **Decidir sem medo**

Gilmar considera que o STF "precisa de firmeza nessas matérias", cumprindo sua função constitucional, sem demonstrar medo.

### **Intimidação ao STJ**

O ministro vê a tentativa de intimidar. Cita casos contra ministros do Superior Tribunal de Justiça cujo objetivo seria acovardar o STJ.

### **Exame da 2ª turma**

Ele citou investigações contra os ministros Francisco Falcão e Marcelo Navarro examinados na 2ª Turma. "São acusados de quê?", desafia.

### **Nova postura**

Gilmar registrou, na rádio Bandeirantes, que a ministra Cármen Lúcia incluiu a PGR entre os que não podem fazer investigações ilegais.

### **TRF cassa concessão de rádio de Jader no Pará**

O Tribunal Regional Federal 1ª Região cassou a concessão e tirou do ar a Rádio Clube do Pará, do senador Jader Barbalho e sua mulher, deputada Elcione, do PMDB, por descumprir do Art. 54 da Constituição, que proíbe concessões públicas para detentores de mandatos eletivos. Como tentaram esconder serem os donos, responderão por falsidade ideológica. Se não saísse do ar, pagariam multa diária de R\$ 50 mil.

### **Manobra não colou**

O desembargador Souza Prudente ressaltou, na decisão, a transferência da propriedade da rádio a parentes próximos.

### **Perda de mandato**

O Art. 55 da Constituição é claro ao afirmar que "perderá o mandato o deputado ou senador que infringir qualquer das proibições" do Art. 54.

### **Outro lado**

Procuradas, as assessorias de Jader Barbalho e Elcione Barbalho não responderam aos questionamentos da coluna.

**13 JUN 2017**

## **FOLHA DE LONDRINA**

**OSWALDO MILITÃO**

### **Congresso de Advogados Criminalistas**

Importantes nomes do Direito Penal Brasileiro vão participar, como palestrantes do Congresso dos Advogados Criminalistas de Londrina, que acontecerá nos próximos dias 28 e 29, na sede da OAB, sempre a partir das 19 horas. Vão proferir palestras os dois dias os advogados Elias Mattar Assad, Gustavo Henrique Badaró, Fábio André Guaragni, Omar José Baddauy, Walter Barbosa Bittar e Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. A realização do evento é da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB-Londrina. As inscrições já estão abertas na secretaria da Ordem, custando R\$ 30 para os estudantes e R\$ 35 para os advogados.

13 JUN 2017

FOLHA DE LONDRINA

# FOLHA Cidadania

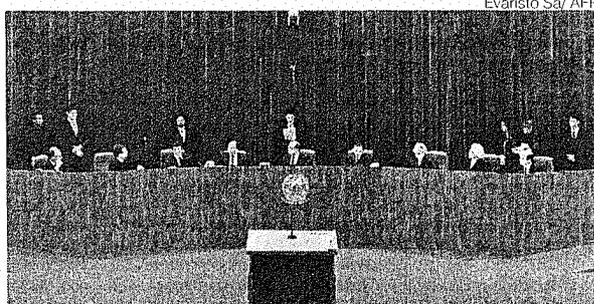
## TSE livra Temer da cassação

O plenário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) **absolveu** na última sexta-feira (9) o presidente Michel Temer no processo de cassação da chapa formada por ele e Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Com o resultado do julgamento, o presidente, que concorreu como vice de Dilma, se mantém no cargo.

Depois de nove horas - entre quinta e sexta-feira - fazendo a leitura de seu voto, o **relator da ação, ministro Herman Benjamin**, pediu a cassação da chapa por abuso de poder político e econômico e disse que se recusava a fazer "papel de coveiro de prova viva". Segundo Herman, "no Brasil, ninguém elege vice-presidente da República, elege uma chapa" e, por isso, seu voto era "pela cassação da chapa presidencial eleita em 2014 pelos abusos que foram apurados nesses quatro processos [pedidos naquele ano pelo PSDB]".

O relator foi acompanhado pelos ministros Luiz Fux e Rosa Weber. O placar ficou em 3 a 3 após os votos pela absolvição dados por Napoleão Nunes Maia Filho, Admar Gonzaga e Tarcísio Vieira, os dois últimos nomeados por Temer ao tribunal eleitoral. Coube ao presidente da corte, Gilmar Mendes, desempatar contra a cassação. Mendes discorreu sobre os efeitos de uma possível cassação da chapa Dilma/Temer. Na linha de defender estabilidade política e estabilidade ao Poder Executivo, o ministro questionou se "é isso que se quer?", ou seja, uma nova eleição indireta até novas convocações às urnas, em outubro de 2018.

Aliado de primeira ordem de Temer, Gilmar era considerado pelo governo peça-chave no julgamento por conta da articulação que tem diante dos outros ministros.



Foram 4 votos a 3 contra a cassação no processo aberto a pedido do PSDB, derrotado naquela disputa

Função de analisar detalhadamente um processo. A partir dessa análise, o relator prepara um relatório

# FOLHA DE LONDRINA

**'A solução é  
prender Aécio',  
afirma Deltan**

**13 JUN 2017**

Curitiba - O procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol afirmou nessa segunda (12), ao repercutir reportagem da "Folha de S. Paulo" que revelou que o Senado ainda não afastou Aécio Neves (PSDB-MG) conforme determinou a Justiça, que "a solução é prender Aécio". Segundo ele, o afastamento do tucano visa a "proteger a sociedade" - e, sem ele, a prisão do senador seria a única maneira de atingir o objetivo. "O afastamento objetiva proteger a sociedade. Desobedecido, a solução é prender Aécio, conforme pediu o PGR [Procurador-Geral da República, Rodrigo] Janot", escreveu Dallagnol, em uma rede social.

A PGR pediu a prisão do tucano, o que foi negado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). A corte, porém, determinou o afastamento do senador, medida que não foi cumprida pela Mesa do Senado. A assessoria de Aécio afirma que ele "está afastado das suas funções legislativas conforme determinação do ministro Edson Fachin".

O procurador Dallagnol vem se queixando de que "o governo PMDB-PSDB declarou guerra aberta à Lava Jato", segundo escreveu em redes sociais. Ele já criticou a redução do número de delegados dedicados à operação em Curitiba, de nove para quatro, e disse que "o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] se apequenou" ao julgar a cassação da chapa Dilma-Temer, na semana passada, "fazendo de conta que a Lava Jato não existe".

13 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STJ reconhece bis in idem e anula condenação transitada em julgado

*Corte entendeu que PM estava respondendo duas vezes pelos mesmos fatos, pois já havia sido julgada pela Justiça Militar, que a absolveu*

**U**ma policial militar condenada a 2 anos e 4 meses de prisão por tortura conseguiu anular no Superior Tribunal de Justiça a decisão que a condenou e que já havia transitado em julgado.

O ministro Néli Cordeiro reconheceu que houve o bis in idem, quando a pessoa responde duas vezes pelos mesmos fatos. Isso porque ela já havia sido julgada na Justiça Militar, que não a condenou.

Embora não esteja previsto na Constituição Federal, o princípio do non bis in idem está garantido no Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário. Segundo ele, o acusado absolvido por sentença passada não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

No caso, a policial militar foi processada tanto na Justiça estadual quanto na Militar pela violência praticada durante uma abordagem em uma briga de trânsito.

Na Justiça Militar, que apurava o crime de lesão corporal, houve prescrição e foi decretada a extinção da punibilidade. Já no Tribunal de Justiça de Mato Grosso a policial foi condenada por tortura a 2 anos e 4 meses de prisão. O trânsito em julgado da condenação, contudo, não foi suficiente para encerrar o caso.

13 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Corte Especial volta a requisitar intervenção federal no Paraná

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou procedente mais um pedido de intervenção federal no Paraná em razão da falta de cumprimento de ordem judicial para reintegração de posse de área rural invadida por trabalhadores sem terra.

A situação já é corriqueira no tribunal. Conforme previsto no artigo 36, II, da Constituição Federal, a intervenção em caso de desobediência a decisão judicial depende de requisição do STJ, do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, mas quem a decreta é o presidente da República.

O caso, dessa vez, teve origem em ação de reintegração de posse ajuizada em Pinhão (PR), após invasão de três integrantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) à Fazenda São Miguel 2, local onde construíram um barraco.

A reintegração de posse foi deferida liminarmente pela Justiça em 2008.

13 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Pré-julgamento de candidato por membro da banca não anula concurso**

Um integrante de banca que avalia candidatos a livre-docentes pode fazer juízo de valor prévio sobre as teses dos avaliados sem que isso desabone sua condição de avaliador. Esse foi o entendimento do juiz Antonio Augusto Galvão de França, da 4ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, ao negar pedido de anulação de seleção pública para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Segundo o autor da ação, um dos examinadores teria dito a um amigo

em comum dos dois que o postulante a livre docente “encaminhava-se para a reprovação... e se não se retirasse dele seria massacrado pela Banca no ato da defesa pública”. Antes de acionar a Justiça, o homem pretendia pedir a suspeição do avaliador, representado pelo advogado Alex Costa Pereira, do CPDP Advogados, pela via administrativa, mas desistiu do questionamento por ouvir do réu que as palavras teriam sido distorcidas.

### **Taxa condominial pode ser redirecionada para garantir quitação de obrigações**

O pagamento da taxa condominial pelo inquilino pode ser redirecionado para a administradora de condomínios (credor originário) sem que isso configure ilegalidade em relação aos direitos do proprietário do imóvel.

Ao rejeitar o recurso de uma construtora que é proprietária de 187 unidades de um conjunto habitacional, os ministros da Terceira Turma do STJ reconheceram a legalidade da medida imposta, de forma a garantir que os valores pagos pelos inquilinos cheguem até a administradora de condomínio para que esta arque com as despesas condominiais.

13 JUN 2017

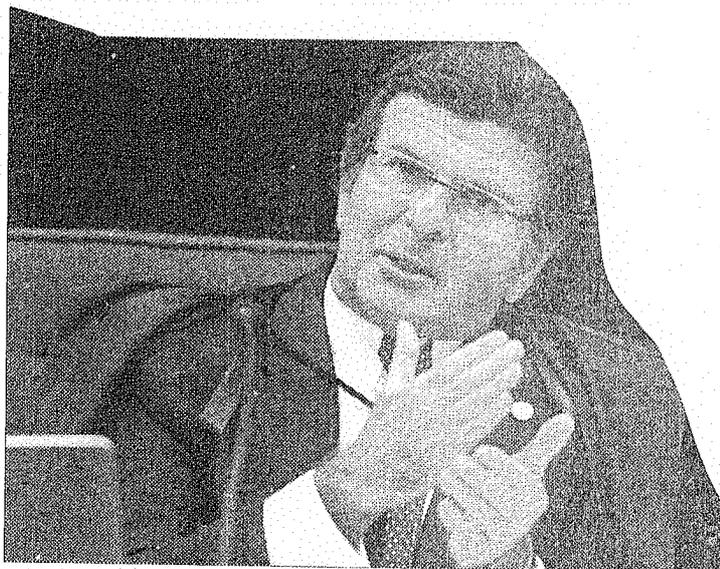
## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Fux diz que juízes atuaram com independência

Ministro da STF atuou no julgamento da chapa Dilma-Temer

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, declarou ontem que todos os juízes atuaram com extrema independência durante o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE, em que a maioria votou contra a cassação. Fux participou do evento Brasil Futuro, um encontro com investidores e executivos na capital paulista.

Segundo o ministro, a divergência entre os juízes durante a votação foi baseada no Artigo 23 da Lei Complementar de Inelegibilidade, que dá margem à dupla interpretação. Esse dispositivo legal permite aos juízes considerar fatos públicos e notórios na formação da sua convicção. “É uma questão de posição

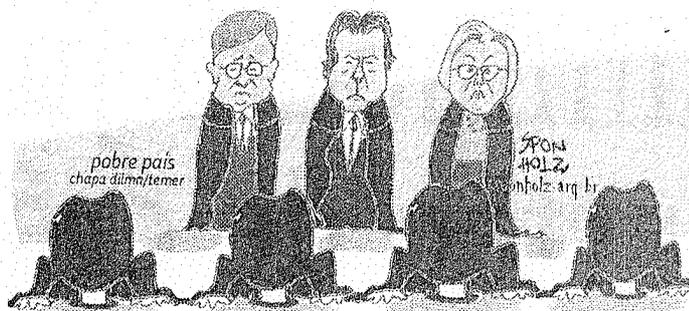


“Eu lamentei que [a população] tenha manifestado uma certa depreciação pelo tribunal”, disse Fux sobre a repercussão do caso

doutrinária, é comum que haja divergência”, disse.

“Foi um julgamento estritamente jurídico. Eu lamentei que [a população] tenha mani-

festado uma certa depreciação pelo tribunal. A população tem que aceitar a decisão do tribunal, que profere com independência”, declarou.



Fux: 'TSE não é avestruz para enfiar a cabeça no chão e ignorar provas'

13 JUN 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### DENÚNCIA DE ESPIONAGEM

#### **Cármen Lúcia: “não há o que questionar quanto à palavra do presidente”**

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que não tomará nenhuma providência a respeito da denúncia de espionagem de ministros da Corte, uma vez que o Palácio do Planalto negou a informação. Reportagem publicada pela revista Veja afirmou que membros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teriam monitorado o ministro do STF Edson Fachin, responsável por um inquérito que investiga Temer. A escuta teria sido feita a pedido do presidente, segundo a publicação.

13 JUN 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

# CONDENADO

Justiça decide que Beto Richa terá que devolver valores referentes a estada em Paris

✎ Fabiano Klostermann

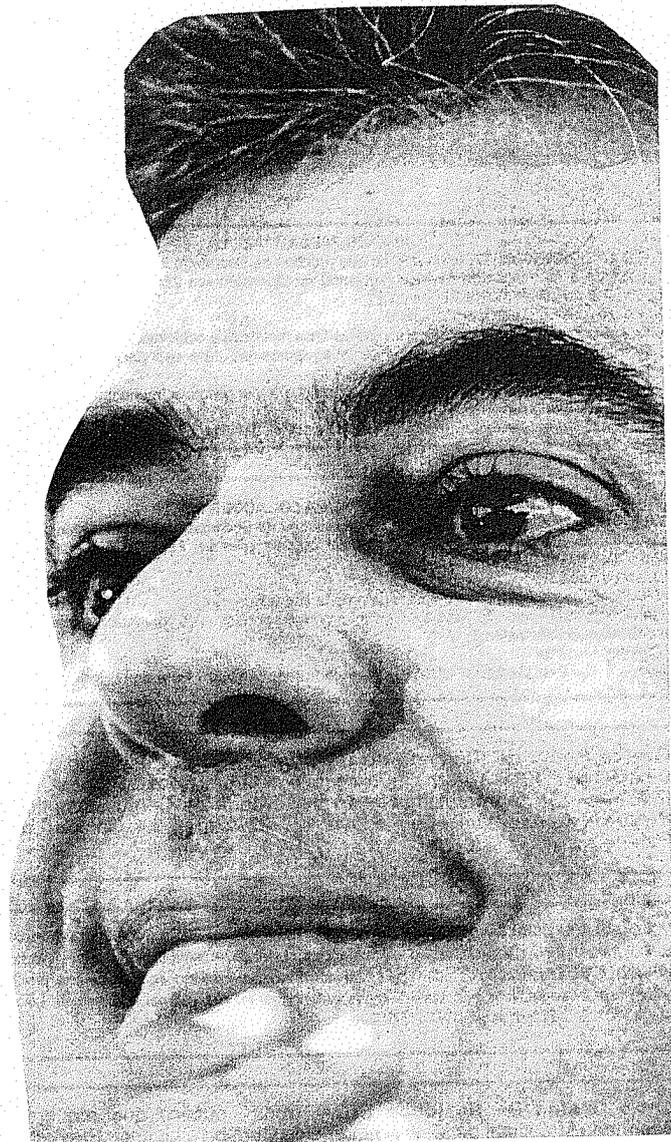
O governador Beto Richa (PSDB) e sua esposa, a secretária estadual Fernanda Richa, foram condenados em primeira instância a devolver o valor gasto com duas diárias em Paris anunciadas como “parada técnica” durante uma viagem oficial realizada em outubro de 2015. Cabe recurso da decisão e os valores devidos ainda não foram calculados pela Justiça. À época, a assessoria do Palácio Iguazu informou que a comitiva teve que fazer uma parada sem compromissos oficiais na capital francesa nos dias 10 e 11 daquele mês porque não havia lugar nos voos disponíveis entre Paris e Xangai, primeira parada oficial da comitiva, que incluiu, além da China, passagem pela Rússia e pela própria França. Na cidade, o governador e sua esposa, que era então secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, ficaram hospedados no hotel Napoléon, que tem a classificação cinco estrelas e fica próximo a um dos principais pontos turísticos da cidade, o Arco do Triunfo. Em sua sentença, o juiz declarou nulos os atos administrativos do governo do Paraná que autorizaram as despesas com a comitiva do governador em Paris, classificando-as como “injustificadas”. Os valores gastos deverão ser devolvidos aos cofres públicos, com correção.

## Outrolado

Em nota assinada pelo procurador-geral do Estado, Paulo Rosso, o governo diz que considera a decisão “equivocada, pois tais valores já foram restituídos voluntariamente ao final da missão internacional, que teve por escopo a busca de investimentos e empregos para o Paraná”.

Segundo a PGE, os valores que teriam sido ressarcidos teriam sido “superiores aos utilizados na parada técnica na França”.

“Assim sendo, o Estado apresentará recurso contra a decisão de forma a ser restabelecida a justiça ao caso concreto”, finaliza o procurador.



13 JUN 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

### CRÍTICA

O coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, defendeu ontem a prisão do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Para o procurador, a medida é necessária porque o Senado Federal ainda não cumpriu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de afastar o tucano do mandato.



### ROTINA

Pouco mais de um mês após ganhar a liberdade, concedida por uma das turmas do STF, o ex-ministro José Dirceu vive uma rotina discreta em Brasília. Com amigos que o tem visitado no apartamento no bairro Sudoeste, o petista conversa de tudo um pouco. Desde a rotina do cárcere, em Pinhais (PR), à conjuntura política do país. Alguns curiosos têm interesse em ver a tornozeleira eletrônica na sua canela, que o petista mostra e ainda explica que precisa carregá-la na energia de vez em quando.

13 JUN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Fachin concede mais cinco dias para inquérito de Temer

Presidente não respondeu às perguntas da Polícia Federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin decidiu ontem (12) prorrogar por mais cinco dias o prazo para a Polícia Federal encerrar a investigação sobre o presidente Michel Temer. O pedido de prorrogação foi solicitado pela PF, que alegou necessidade de mais tempo para concluir as investigações, iniciadas a partir das citações ao nome do presidente nas delações dos executivos da JBS.

Na sexta-feira (9), o advogado Antônio Mariz de Oliveira, representante de Temer, informou ao ministro que o presidente decidiu não responder às perguntas enviadas pela Polícia Federal no inquérito. Além disso, a defesa pediu o arquivamento das investigações e fez críticas ao teor do questionário enviado pelos delegados. Na mesma decisão de hoje, Fachin concedeu o mesmo prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o pedido de arquivamento. ■



Fachin atendeu ao pedido do delegado para mais prazo para investigação

## Negociações descaradas

**S**e o aperto na corrupção no Brasil parece estar no rumo certo, colocando pressão nos atos dos políticos, na outra ponta, o governo Temer parece ter perdido os pudores depois da absolvição pelo TSE. O presidente tenta, salvar desespe-

radamente o que resta do seu mandato e para isso negocia com o Congresso com as "armas" tradicionais – cargos e favores.

A diferença é que em tempos de mudança de atitude era esperado que Temer aproveitasse o veredi-

to de inocente que ganhou do TSE para dar um exemplo ao mundo político e tentar conquistar as adesões com o propósito de recuperar o país. Por mais ingênua que possa parecer esta ideia, o momento exige uma participação diferente

dos políticos.

A atitude do presidente apenas corrobora com a ideia de um governo ilegítimo e oportunista. Neste caso, por melhores que sejam as intenções, elas estão contaminadas com a forma de agir. ■

## Senado nega que tenha descumprido ordem de afastar Aécio

A Diretoria-Geral do Senado Federal divulgou nota hoje (12) em que nega estar descumprindo a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de afastar o senador Aécio Neves (PMDB-MG) do mandato.

De acordo com a nota, divulgada pela assessoria de

imprensa da Casa, "nem a Constituição Federal nem o Regimento da Casa preveem a figura do afastamento do mandato de senador por decisão judicial". Por isso, a diretoria-geral do Senado disse que ainda aguarda orientações complementares do Supremo sobre como proceder em relação ao

afastamento de Aécio Neves.

A reação da Casa ocorre após a publicação de uma reportagem pelo jornal Folha de S.Paulo, que destacou que o nome de Aécio ainda consta no painel do Senado e seu gabinete funciona normalmente, o que configuraria descumprimento da decisão do STF. ■

## Fux diz que juízes atuaram com independência

**\*** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), **Luiz Fux (foto)**, declarou ontem (12) que todos os juízes atuaram com extrema independência durante o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE, em que a maioria votou contra a cassação. Fux participou do evento Brasil Futuro, um encontro com investidores e executivos na capital paulista.

Segundo o ministro, a divergência entre os juízes durante a votação foi baseada no Artigo 23 da Lei Complementar de Inelegibilidade, que dá margem à dupla interpretação. Esse dispositivo legal permite aos juízes considerar fatos públicos e notórios na formação da sua convicção. "É uma questão de posição doutrinária, é comum que haja divergência", disse. ■



13 JUN 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Juiz que barrou homem com chinelos é condenado



■ O agricultor foi indenizado pela União com R\$ 10 mil

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre (RS), confirmou a condenação do juiz Bento Luiz de Azambuja Moreira a devolver R\$ 12 mil à União pela indenização paga a um trabalhador rural por dano moral. Em 2007, o magistrado barrou o lavrador por usar chinelos de dedo na audiência trabalhista que presidia, em Cascavel. A confirmação da sentença foi publicada na terça-feira (6). Cabe recurso à decisão junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 2010, a União foi condenada a pagar R\$ 10 mil ao lavrador Joânir Pereira, que teve a audiência trabalhista cancelada pelo juiz por entender que a atitude dele era um "atentado contra a dignidade do Judiciário". Somados os honorários e as correções monetárias, o valor atual passa de R\$ 12 mil. ■

13 JUN 2017

BEMPARANÁ

# Paraná registra um caso de furto ou roubo a cada dois minutos

Em 2016, número de ocorrências bateu recorde no estado, com 271 mil registros. Em nove anos, alta de 10%

Rodolfo Luis Kowalski ...

Os paranaenses nunca foram tão roubados ou furtados como no ano que passou. De acordo com o relatório estatístico anual da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp), em 2016 o número de furtos e roubos bateu recorde no estado, com 271 mil registros. Isso dá uma média de 741 ocorrências por dia ou ainda um caso a cada dois minutos. É o maior índice desde 2007, quando teve início a série histórica, sendo que em nove anos o número de registros cresceu 110%.

As ocorrências de furto são as mais comuns no Paraná, com 501 casos por dia ou um furto a cada três minutos. Em 2016 foram 183.164 ocorrências, o que representa uma alta de 81,4% na comparação com 2007, quando haviam sido 101 mil registros. Desde 2011 os índices estão numa crescente, sendo que no ano passado o aumento foi de 9,1% na comparação com 2015. Apenas em 2010 um crescimento mais expressivo havia sido registrado, quando o número de ocorrências saltou 59%. Desde 2011, porém, o índice vem numa crescente.

A maior parte desses crimes são contra residências e nos horários em que os moradores estão fora de casa, totalizando 56.850 casos no ano passado. De acordo com o delegado titular da Delegacia de Furtos e Roubos (DFR), Matheus Laiola, esse tipo de situação "pressupõe não

só uma oportunidade, mas também a predisposição do criminoso a agir e praticar o delito". O delegado não quis dar entrevista para comentar sobre os dados da Sesp, mas teceu alguns comentários sobre a questão em uma nota encaminhada pela assessoria de imprensa da corporação à reportagem.

Já com relação aos crimes de roubo, foram 87.850 ocorrências no ano passado, o que dá uma média de 240 roubos por dia ou um caso a cada seis minutos. Entre 2007 e 2016 o índice de ocorrências explodiu, com um crescimento de 210% (havia sido 28.302 casos em 2007). Além disso, desde 2012 os números só sobem, sendo que no ano passado a alta foi de 24% na comparação com 2015.

Com relação ao ambiente em que esse tipo de ocorrência costuma ser registrada, os casos em ambiente público são esmagadora maioria, com 55.478 casos, o que representa uma alta de 29,7% na comparação com o ano anterior. Segundo o delegado Laiola, a maior parte desses crimes são praticados por usuários de drogas, que visam subtrair o aparelho celular da vítima para conseguir dinheiro rápido e fácil para alimentar o vício.

"Jovens são vítimas fáceis principalmente pelo uso imoderado de celular. O assaltante monitora o comportamento da vítima, e, se esta estiver distraída, será uma potencial vítima", explica o delegado. "Não reaja, pois sua vida não tem preço", finaliza.

CONTINUA

FURTOS CONSUMADOS		ROUBOS CONSUMADOS	
2016	183.164	2016	87.850
2015	167.882	2015	70.789
2014	162.033	2014	62.618
2013	156.300	2013	57.867
2012	151.696	2012	56.778
2011	151.589	2011	56.797
2010	152.532	2010	59.340
2009	95.866	2009	30.004
2008	103.392	2008	29.645
2007	100.966	2007	28.302



### DFR prende uma pessoa por dia

A Delegacia de Furtos e Roubos (DFR) investiga os crimes cuja autoria é desconhecida, ou seja, quando não há identificação do suspeito que efetuou o crime. De acordo com o delegado-titular da DFR, Matheus Laiola, a especializada prende em média uma pessoa por dia. "Esperamos fechar este primeiro semestre com aproximadamente 150 prisões", ressalta o delegado.

Ainda segundo a autoridade policial, o trabalho da Polícia Civil se baseia, principalmente, nas informações repassadas pela população. Por isso, ele ressalta a necessidade de os cidadãos denunciarem qualquer crime para a polícia, facilitando a identificação e prisão dos suspeitos de algum delito. Denúncias podem ser feitas através do telefone da delegacia (41) 3218-6100.

### Crise e criminalidade

Entre os fatores capazes de explicar a alta nos índices de criminalidade no Paraná, um deles é a crise econômica pela qual o país atravessa. Essa relação, inclusive, é algo estudado há mais de 40 anos pela criminologia, ciência que estuda o crime como realidade social e humana. Em um artigo publicado nos anos 1980, por exemplo, Ignácio Rangel, economista e advogado brasileiro, escrevia:

"Assistimos ao agravamento das taras do esquema de distribuição de renda, em aumento do desemprego. Tudo isto conflui para a gestação de um clima de protesto, o qual, antes de encontrar expressão política amadurecida, assume a forma de uma criminalidade urbana que, por suas dimensões e características, ultrapassa os quadros cobertos pela simples criminalística".

13 JUN 2017

## BEMPARANÁ



### Notável

A procuradora de Justiça paranaense **Maria Tereza Uille Gomes** toma posse, hoje no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no cargo de conselheira no biênio 2017/2019. Indicada pela Câmara dos Deputados, Uille assume uma das vagas dedicadas a cidadãos de notável saber jurídico e que foi ocupada até outubro do ano passado pelo conselheiro Emmanoel Campelo.

### Foco

Com a posse de Maria Tereza Uille, o Plenário do CNJ volta a contar com 15 conselheiros, seu quórum completo. Ela é procuradora de Justiça e tem um extenso histórico de atuação na área de política criminal e penitenciária, um dos focos de atuação do CNJ.

Formada em Direito pela Universidade Federal de Londrina, Maria Tereza Uille ingressou no Ministério Público em 1987. De 1999 a 2002 presidiu a Associação Paranaense do Ministério Público e em março de 2002 tornou-se a primeira mulher a assumir a Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná. Entre 2011 e 2014, foi secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

13 JUN 2017

## BEMPARANÁ

### **Deltan defende prisão de Aécio**

O procurador Deltan Dallagnol, que integra a força-tarefa da Operação Lava Jato, defendeu a prisão do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), caso a determinação judicial de afastá-lo do mandato não seja cumprida pelo Senado. "O afastamento objetiva proteger a sociedade. Desobedecido, a solução é prender Aécio, conforme pediu o PGR Janot", escreveu Dallagnol no Twitter.

Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reforçou o pedido de prisão preventiva de Aécio junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Janot defende que, devido a alta gravidade do delito e o risco de reiteração, a prisão preventiva é "imprescindível para a garantia da ordem pública".

Após mais de 20 dias da decisão do ministro Edson Fachin, do STF, que negou o pedido de prisão da PGR, mas afastou Aécio do cargo, o gabinete do tucano continua funcionando normalmente e ele recebe todos os auxílios à disposição dos parlamentares que estão no exercício do mandato, apesar de não ter voltado mais ao Senado desde o afastamento. A Diretoria-Geral da Casa afirmou que só bloqueará os benefícios se houver uma determinação formal da Mesa, o que não ocorreu até ontem.

**13 JUN 2017**

# **GAZETA DO POVO**

## **Mutirão do CNJ solta 2.378 presos provisórios no Paraná**

**Levantamento feito pelo órgão no sistema carcerário de todo o país revogou 21,7 mil prisões de réus que se encontravam presos sem condenação**

Ao assumir a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cargo que é ocupado por quem comanda o Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia declarou, ainda em setembro do ano passado, que reduzir as iniquidades no sistema prisional seria uma de suas prioridades. Uma das medidas tomadas nesse sentido foi o programa Choque de Justiça, compromisso que ela firmou com os presidentes dos tribunais em janeiro.

De lá para cá, magistrados e servidores passaram a destinar esforços concentrados para analisar processos dos chamados presos provisórios – sujeitos abrigados em delegacias e presídios, mas que ainda não foram considerados culpados pela Justiça.

De janeiro a abril, o mutirão analisou mais de 92 mil casos e considerou que 21,7 mil presos deveriam ser liberados. São situações em que a prisão provisória podia ser revogada, uma vez que o acusado deveria responder ao processo em liberdade. No Paraná, foram analisados 13 mil casos. O mutirão considerou que 2.378 prisões deveriam ser revogadas. Os magistrados avaliaram que havia motivos jurídicos para manter o encarceramento dos demais.

O número de presos provisórios representa um terço da população carcerária do Paraná. E mesmo com a revogação de centenas de prisões, o contingente em presídios e cadeias não diminuiu. Como mais pessoas foram detidas desde o início do ano, a população carcerária passou de 29 mil em janeiro para 30 mil em abril.

Além das pessoas que ganharam o direito de responder ao processo em liberdade, o mutirão ainda promoveu 439 casos de absolvição – pessoas que estavam no sistema prisional, foram julgadas e consideradas inocentes.

13 JUN 2017

## GAZETA DO POVO

# Richa é condenado a ressarcir os cofres públicos por estada em Paris em 2015

Governo apontou a necessidade de uma “parada técnica” na capital francesa durante viagem oficial, mas juiz da 3ª Vara de Fazenda Pública rechaçou os argumentos

Fabiano Klostermann

O governador Beto Richa (PSDB) e sua esposa, a secretária estadual Fernanda Richa, foram condenados em primeira instância a devolver o valor gasto com duas diárias em Paris anunciadas como “parada técnica” durante uma viagem oficial realizada em outubro de 2015. A sentença é do juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara de Fazenda Pública de Curitiba, e está assinada com a data de 8 de junho. Cabe recurso da decisão e os valores devidos ainda não foram calculados pela Justiça.

À época, a assessoria do Palácio Iguaçu informou que a comitiva teve que fazer uma parada sem compromissos oficiais na capital francesa nos dias 10 e 11 daquele mês porque não havia lugar nos voos disponíveis entre Paris e Xangai, primeira parada oficial da comitiva, que incluiu, além da China, passagem pela Rússia e pela própria França. Na cidade, o governador e sua esposa, que era então secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, ficaram hospedados no hotel Napoléon, que tem a classificação cinco estrelas e fica próximo a um dos principais pontos turísticos da cidade, o Arco do Triunfo. A informação da estadia foi revelada pelo jornal Folha de S.Paulo .

Em sua sentença, o juiz declarou nulos os atos administrativos do governo do Paraná que autorizaram as despesas com a comitiva do governador em Paris, classificando-as como “injustificadas”. Os

**CONTINUA**

# **CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

valores gastos deverão ser devolvidos aos cofres públicos, com correção.

**13 JUN 2017**

No texto da decisão, o magistrado aponta que a justificativa da defesa de Richa, de que um feriado impossibilitou o voo sem a parada técnica, é descabida “uma vez que o feriado nacional Chinês ocorreu dentre o dia 1.º de outubro de 2015 e findou em 07 de outubro de 2015, portanto antecedente à agenda oficial que se iniciou na China no dia 13/10/2015”. O juiz também apontou que, conforme provaram os autores da ação, haveria alternativas mais baratas do que a ida até à capital francesa para a viagem a Xangai, estas com escalas em Istambul (Turquia) e Detroit (EUA).

“Sendo assim, injustificável a denominada ‘parada técnica’, já que inexistiu razão, tampouco interesse público a justificar onerar o orçamento público com o custeio destes dois dias em Paris, sem qualquer agenda oficial, principalmente para arcar com gastos desnecessários do Governador do Estado do Paraná, da Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS)/Primeira-Dama do Estado do Paraná (e comitiva), hospedados em hotel localizado com vistas ao Arco do Triunfo, numa das regiões mais valorizadas de Paris França)”, prosseguiu Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, acrescentando que o hotel tinha diárias com preços que variavam de 250 euros a 1.476 euros, e que a estada no estabelecimento não foi negada por Richa e sua esposa.

O juiz ainda considerou que não passou de um “dever legal, ético e moral” a devolução, por parte de Richa, de US\$ 930 em diárias não utilizadas da viagem. E ainda complementou: “até mesmo porque do contrário seria apropriar-se do dinheiro público”.

Outro ponto da defesa de Richa rechaçado pelo magistrado foi a alegação de que seria “desumano” fazer o chefe do Executivo estadual e sua comitiva se submeterem a uma viagem com duração de mais de 24 horas. “Relevante notar que, ao contrário do descrito pelo Estado/PR em sua defesa, desumano não é passar por um voo por mais de vinte quatro horas, mas sim esperar por horas por um leito digno e

**CONTINUA**

13 JUN 2017

CONTINUAÇÃO

## GAZETA DO POVO

atendimento hospitalar, por medicamentos, vagas em creches e escolas de qualidade, enquanto temos crise no sistema carcerário e na segurança pública, bem como servidores com salários atrasados ante a falta de dinheiro público, em que pese toda a arrecadação fiscal, como se vê atualmente no cenário nacional por conta da administração pública, no mínimo, temerária da coisa pública, o que nos conduziu ao caos e à crise política, social, econômica e moral neste país”.

O juiz também usou na decisão o exemplo da Suécia, conhecida por sua austeridade com dinheiro público, para reprovar o comportamento do governador. Um trecho do livro Um País Sem Excelências e Mordomias, da jornalista Claudia Wallin, foi usado para apontar detalhes da cultura escandinava de não oferecer luxo aos seus políticos.

### **Autoria da ação popular**

A ação popular que resultou na condenação em primeira instância foi proposta, entre outros, por Rodrigo Tomazini, candidato ao governo do Paraná pelo PSTU em 2014; Gisele Ricobom, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana; Ramon Prestes Bentivenha, advogado; Xênia Mello, advogada e candidata à prefeitura de Curitiba pelo PSol em 2016 e Bernardo Seixas Pilotto, candidato ao governo do estado pelo PSol em 2014.

### **Outro lado**

Em nota assinada pelo procurador-geral do Estado, Paulo Rosso, o governo diz que considera a decisão “equivocada, pois tais valores já foram restituídos voluntariamente ao final da missão internacional, que teve por escopo a busca de investimentos e empregos para o Paraná”.

Segundo a PGE, os valores que teriam sido ressarcidos teriam sido “superiores aos utilizados na parada técnica na França”.

“Assim sendo, o Estado apresentará recurso contra a decisão de forma a ser restabelecida a justiça ao caso concreto”, finaliza o procurador.



## **Maria Tereza Uille toma posse nesta terça-feira como conselheira do CNJ**

A procuradora de Justiça paranaense Maria Tereza Uille Gomes toma posse nesta terça-feira (13/6) no Conselho Nacional de Justiça, onde ocupará o cargo de conselheira no biênio 2017-2019. Indicada pela Câmara dos Deputados, ela assume uma das vagas dedicadas a cidadãos de notável saber jurídico e que foi ocupada até outubro do ano passado pelo conselheiro Emmanoel Campelo.

Com a posse, o Plenário do CNJ volta a contar com 15 conselheiros, seu quórum completo.

Maria Tereza é procuradora de Justiça e tem um extenso histórico de atuação na área de política criminal e penitenciária, um dos focos de atuação do CNJ.

Formada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (PR), ingressou no Ministério Público em 1987. De 1999 a 2002, presidiu a Associação Paranaense do Ministério Público e, em março de 2002, tornou-se a primeira mulher a assumir a Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná.

Entre 2011 e 2014, foi secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, durante o primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB). Na época, foi responsável pela implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado no estado. O sistema, hoje difundido em todo o país pelo CNJ, permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário. O uso da ferramenta reduziu em 67% a superlotação das unidades prisionais do Paraná entre os anos de 2010 e 2013.

Desde janeiro de 2016, Maria Tereza é membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão subordinado ao Ministério da Justiça responsável por propor diretrizes, sugerir metas e prioridades para a política criminal e penitenciária no país. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.